



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Relações étnico-raciais, povos indígenas, população negra, comunidades tradicionais e Políticas Sociais

**O cinema na abordagem educativa da questão agrária e racial:
reflexões à luz da animação Pocahontas**

**The cinema in the educational approach in the agriculture and
racial issue: reflections in the light of Pocahontas animation**

Ariel Pereira da Silva Oliveira¹
Ideni Terezinha Antonello²

Resumo. O objetivo deste artigo é discutir a potencialidade da linguagem cinematográfica no processo de ensino-aprendizagem referentes a temas ligados à questão agrária e racial, a partir de uma abordagem inter-relacionada. Quanto a dimensão racial, vale a pena ponderar que com a promulgação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que versam sobre a obrigatoriedade do ensino história das populações afro-brasileiras e Indígenas, o tema deixou de ser opcional assumindo status substancial. Essa reflexão se justifica pela importância de pensar em estratégias, recursos e metodologias diferenciadas, para fomentar debates de temas complexos de forma lúdica e convidativa sem prescindir da sua complexidade. Para tanto, realizou-se a análise fílmica de “Pocahontas”, animação da Disney lançada em 1995, com intuito de mapear pontos passíveis de debate, de modo a proporcionar um campo fértil para a construção da criticidade dos discentes acerca de supracitados problemas estruturais, historicamente agravados na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Espaço agrário; Geografia; cinema infantojuvenil.

Abstract: The goal of this article is to discuss the potentiality of the cinematographic language in the teaching-learning process referred to themes which are connected to the agriculture and racial issue, from an inter-related approach. About the racial dimension, it is worthy considering that with the promulgation of Laws 10.639/03 and 11.645/08, which talk about the obligation of the History of Afro-Brazilian and indigenous populations, the theme was not optional and assumed the substantial status. This reflection is justified by the importance of thinking in strategies, resources, and different methodologies, to foster debates of complex themes in a ludic and inviting way without abandoning its complexity. To do this, a filmic analysis of “Pocahontas”, a Disney animation launched in 1995, with the intention to map possible arguments to debate, to provide a fertile field to the construction of student’s criticism about the foregoing structural problems, historically increased in the Brazilian society.

Keywords: Agriculture Space; Geography; children-youth cinema.

¹ Licenciado e mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutorando em geografia pela Universidade Nacional de La Plata (UNLP). E-mail: aripso543@gmail.com. Orcid-Id: <https://orcid.org/0000-0001-8377-2919>

² Prof.^a Dr.^a Associada da Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: antonello@uel.br. Orcid-Id: <https://orcid.org/0000-0002-6147-4731>



INTRODUÇÃO

À primeira vista pode parecer que os estudos raciais e agrários constituem campos paralelos e imiscíveis, por conseguinte, ao olhar com mais atenção a história da formação dos estados-nação do continente americano percebe-se que a constituição e manutenção da propriedade privada da terra esteve intimamente ligado aos interesses colonialistas, sendo assegurada à custa da submissão da população indígena e negra.

As discussões referentes aos processos do/no espaço agrário são complexas e polêmicas visto que se desenvolvem em um campo marcado por discursos de atores com interesses antagônicos. As divergências não se restringem às arenas políticas e universidades, atingem também a população que, a partir da mídia, entra em contato com narrativas deturpadas como as que criminalizam movimentos sociais de luta pela terra e formam sua opinião.

Abordar questões relacionadas ao espaço agrário é um dos maiores desafios para docentes, principalmente os que lidam com alunos da área urbana, visto que a forma como o campo é retratado pela mídia tradicional faz com que os alunos tenham uma visão distorcida, acreditando que se trata de uma realidade muito distante, sem implicações diretas em suas vidas, contribuindo para um eventual desinteresse, quando, na verdade, campo e cidade estão interligados (OLIVEIRA; ANTONELLO, 2020). Nesse sentido, é fundamental que a escola desconstrua esses preconceitos, mostrando a relevância das atividades econômicas do campo para a cidade, o real objetivo dos movimentos sociais que lutam pela terra, instigue a curiosidade sobre o modo de vida camponês, entre outros.

Já a questão racial, observa-se que apesar de nos últimos anos ter se ampliado a preocupação em debater o tema nas escolas, a discussão ainda é um incipiente visto que historicamente a população negra e indígena sofreu violências materiais e simbólicas, dentre as quais uma das mais perceptivas é o apagamento histórico de sua contribuição na formação socioterritorial nacional, em âmbito artístico, cultural, político, econômico, entre outros. A representação de negros e indígenas como vítimas passivas escondem, propositalmente, as práticas de resistência, contribuindo para que crianças negras não se sintam representadas, por exemplo, pelos livros didáticos que não costumam trazer o nome de figuras não-brancas, importantes para a história do Brasil.

Essa realidade contribui para que se perpetue diversas categorias de desigualdades e opressões como: a desigualdade salarial, a composição demográfica dos presídios, a segregação socioespacial urbana, entre outros. Assim, a apreensão dos processos de dominação e subordinação desses grupos raciais exige a adoção de uma conduta interdisciplinar e relacional com outras dimensões como a de gênero, classe e agrária (em tela nesta análise).



Nesse sentido, entendemos que a promulgação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 constituem um convite para aprofundar os debates acerca do espaço agrário, já que são temas intimamente relacionados. No entanto, mesmo reconhecendo a importância desses temas e a oportunidade de desenvolver um debate complexo, colocando-os em um ponto de convergência, pode surgir a dúvida entre os professores de como desenvolvê-los. No caso de ciências como a Geografia, que tem o espaço como objeto de estudo.

Dentre as muitas possibilidades de recursos didáticos para discutir a relação entre a questão racial e agrária, optou-se pela linguagem cinematográfica. Quanto a questão dos recursos didáticos, vale lembrar Pontuschka (2015) quando diz que os recursos envolvem diversas categorias de materiais e linguagens como a fotografia, a literatura, os jogos, os filmes, entre outros, a escolha deve considerar os objetivos que se busca atingir, bem como o nível de escolaridade e as faixas etárias. No caso de recursos como o cinema, ele tem relação com a vida cotidiana cada vez mais invadida por imagens.

Destarte, o escopo deste artigo é apresentar a potencialidade da animação da Disney Pocahontas, lançada em 1995, para discutir a questão agrária e racial. Vale a pena pontuar que apesar de o filme remeter a dominação do território que atualmente se conhece como os Estados Unidos, o filme Pocahontas pode ser aplicado em aulas referentes ao contexto brasileiro visto que Quijano (2005) explica que embora exista diferenças entre os processos ocorridos nas colônias hispânicas e britânicas, há também muitos fatores equivalentes, que neste caso seriam a interpelação entre a dominação da terra e do povo, pautada numa classificação e hierarquização racial oriunda do colonizador europeu. Como recurso metodológico, para a construção da presente reflexão, buscou-se mesclar elementos teóricos, oriundos da revisão bibliográfica acerca de temas como: a questão agrária e racial, e potencialidade da linguagem cinematográfica no ensino; com a análise crítica do discurso presente na animação Pocahontas (1995). O texto se encontra subdividido em três partes principais, na primeira apresentaremos um breve resgate histórico acerca da questão agrária e racial, de modo a demonstrar como se converteram em problemas estruturais. Na segunda parte discutiremos a potencialidade do uso do cinema no ensino e quais os pontos que os discentes devem estar atentos ao utilizar essa linguagem. Por fim apresentaremos a análise fílmica de Pocahontas (1995), demonstrando quais os pontos principais passíveis de suscitar o debate

A QUESTÃO RACIAL E AGRÁRIA EM UM PONTO DE CONVERGÊNCIA: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO

Segundo Stédile (2011) a questão agrária é um tema passível de ser trabalhado a partir de diferentes formas, conforme a ênfase que se quer dar ao trabalho. A discussão deste tema comumente aborda os problemas oriundos da concentração fundiária, sem perder de



vista as discussões sobre como se desenvolvem as relações sociais na organização da produção agrícola (tal qual é comum nas ciências sociais), e como o espaço e a natureza são apropriados e transformados no processo de territorialização humana (tal qual é comum na geografia).

Para Stédile (2011) o estudo da questão agrária envolve a dimensão social e política, oriunda do processo de dominação e controle dos territórios e sua propriedade privada, nas suas palavras, a questão agrária constitui “[...] o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira” (STÉDILE, 2011, p. 15 – 16).

Assim, Paulino (2012) compreende que a gênese da questão agrária brasileira foi a colonização europeia, quando as tradicionais formas de gerenciamento do território foram violentamente banidas em prol do controle exógeno e centralizado. Para ela, o colonialismo está intimamente ligado à expansão mercantilista, expressa na transferência intercontinental de riquezas nunca vista até aquele momento.

Nesse período, a raça também se torna uma questão. Atualmente, assim como nos explica Silva e Ornat (2011) logo após o nascimento as pessoas são classificadas e a partir de dois marcadores, a cor da pele e a forma da genitália. Esses elementos refletem valores historicamente construídos em determinada sociedade.

Nas Américas, pessoas negras e indígenas historicamente ocuparam posições subalternas em diversos segmentos como no acesso à propriedade privada, domínio da produção econômica, cultural, científica e política, entre outros. De acordo com Quijano (2005) a ideia de raça, tal qual conhecemos atualmente, não existia nas Américas até a colonização europeia que diferenciou o que foi conquistado do conquistador por meio das diferenças fenotípicas e da ideia de que haveria diferenças biológicas entre esses grupos que justificasse a posição subalterna de um frente ao outro.

As relações sociais pautadas nessa ideia foram responsáveis pela constituição das identidades raciais até então novas como: índios, negros e mestiços. Assim: “[...] na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha” (QUIJANO, 2005, p. 117).

Portanto, assim como explica Quijano (2005) a ideia de raça e de identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação e hierarquização social no período da colonização. Porém, a conquista do território não envolveu só um projeto de dominação do povo com intuito de mais tarde explorar sua força de trabalho, envolveu também a dominação da terra, no caso específico dos Estados Unidos, local onde se desenvolve a narrativa do filme Pocahontas, o autor explica que “[...] quando se inicia a história do novo Estado-nação



chamado Estados Unidos da América do Norte, os índios foram excluídos dessa nova sociedade. Foram considerados estrangeiros. Mas posteriormente suas terras foram conquistadas e eles quase exterminados” (QUIJANO, 2005, p. 131).

No caso do Brasil, apesar de a gênese da questão agrária ser a colonização, sua efetivação tal qual conhecemos hoje foi a Lei de Terras de 1880, que mais uma vez coloca a questão racial e agrária em um ponto de convergência, visto que essa lei restringiu o livre acesso à terra no mesmo momento em que o regime escravista dava sinais da decadência, assim, a Lei de Terras foi uma forma de negar seu acesso a negros recém-libertos. Nas palavras de Paulino:

Dessa maneira, a corrida pela terra da liberdade torna-se incompatível com os interesses dos senhores de escravos, cuja ciência quanto à inevitabilidade da transformação do regime de trabalho, conduz à busca deliberada de alternativas de manutenção do status quo. Estaríamos, pois, diante do momento de reafirmação da questão agrária brasileira (PAULINO, 2012, p. 77).

Vale considerar que os impactos nocivos da questão agrária, amplificados e consolidados com a referida lei, não se restringem ao campo e a população indígena e negra, mas a sociedade como um todo, dentre os quais pode-se citar: a) acesso a terra a quem podia pagar, fomentou a concentração fundiária nas mãos de poucos; b) aumentou o poder e influência política das oligarquias agrárias; c) parte significativa dos escravos recém-libertos foram obrigados migrar para as cidades a procura de trabalho, d) aumento populacional repentino provocou graves problemas urbanos como o *déficit* habitacional; e) incitou o conflito por terras por meio da expulsão de posseiros com a prática de grilagem de terras, entre outros.

Além disso, contribuiu para que o racismo se convertesse em um problema estrutural, vivenciado por corpos negros e indígenas em todos os estágios da vida e espaços, tais como a escola. Nesse sentido, entendemos que é nesse espaço onde questões de ordem estrutural devem ser debatidas, de modo que a posição subalterna deixe de ser naturalizada e passe a ser vista como resultado de um processo histórico de dominação, simbólica e material, sendo a posse da terra teve papel preponderante.

Atualmente, pode-se dizer que dispomos de importantes ferramentas para discutir criticamente a questão racial na escola, como as Leis 10.639/03 e 11.645/08. Vale pontuar que essas Leis são conquistas históricas de movimentos sociais que lutaram pelo respeito e igualdade racial, na educação promovem a inclusão em diversas dimensões, no entanto, a lei não é suficiente é preciso investir nesse tema na formação de professores e suprimam visões preconceituosas e discriminatórias ainda presente em livros didáticos (IZABEL, 2014).

Assim, na prática a aplicabilidade encontra dificuldades como as dúvidas acerca de como co-relacionar com demais conteúdos obrigatórios, a insegurança dos professores ao discutir esse tema por não terem sido devidamente preparados nas licenciaturas, possíveis equívocos e/ou ausências nos livros didáticos, entre outros. No entanto, não devemos



permanecer passivos frente às adversidades, no caso de Izabel (2014) as lacunas com relação à questão racial nos livros didáticos o incentivou a pensar em sua dissertação de mestrado a necessidade de pesquisar prática pedagógica que contemplasse esses temas, encontrando um caminho fértil no cinema.

Nesse contexto, devemos partir do pressuposto de que as demandas dos movimentos de igualdade racial estão em consonância com as proposições presentes nas referidas leis, nas quais a discussão das relações raciais na educação básica se fazem necessários visto que essas populações foram historicamente exploradas, tendo sua identidade e cultura estereotipadas e representadas de forma negativa. Trazer a questão racial é incluir e valorizar as singularidades e necessidades dos alunos não-brancos, respeitando sua herança cultural e étnica, valorizando a participação dessa população na formação sócio-territorial brasileira (IZABEL, 2014). Assim, no próximo item discutiremos brevemente a potencialidade do cinema para trabalhar temas como a questão racial e agrária no ensino.

O CINEMA NO ENSINO: EXPLORANDO SUAS POTENCIALIDADES

Aspectos como a falta de tempo e de recursos financeiros prejudicam iniciativas dos docentes, sobretudo da rede pública, em buscar alternativas para suprir as eventuais carências referentes aos conteúdos nos livros didáticos que são, no fim das contas, sua única referência (OLIVEIRA; ANTONELLO, 2020). Por conseguinte, “[...] muitas vezes os profissionais da educação não atentam para o fato de que há materiais prontos e de excelente qualidade que podem ser introduzidos” (OLIVEIRA; ANTONELLO, 2020, p. 142).

Nos últimos anos temos podido observar entre pesquisadores do campo do ensino, uma preocupação em pensar metodologias de ensino eficientes e eficazes, capazes de dar conta dos conteúdos curriculares obrigatórios, mas apresentando alternativas às abordagens tradicionais.

Na especialização e no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), por exemplo, é possível encontrar inúmeros trabalhos que debatem alternativas para o ensino-aprendizagem dos fenômenos geográficos antrópicos e naturais, para exemplificar pode-se citar a contribuição da professora Jeani Delgado Paschoal Moura, que ao longo de sua carreira realizou pesquisas relacionadas ao processo de formação de professores e práticas de ensino, e tendo pensado essa questão nos últimos anos à luz da geografia humanista de base fenomenológica.

Bem como, a professora Eloiza Cristiane Torres que tem realizado e orientado trabalhos acerca de temas como: a inclusão de alunos com deficiência por meio da construção de materiais didáticos como os mapas táteis, as formas de pensar a educação ambiental como tema transversal nas aulas de geografia; a potencialidade da literatura infantil, entre outros.



Esses estudos não são exclusividades do departamento de Geografia da UEL, outras instituições realizam trabalhos similares explorando a potencialidade da literatura, das mídias digitais, da inserção de músicas, da metodologia do trabalho de campo, entre outros. Neste trabalho, buscamos valorizar a linguagem cinematográfica, que se caracteriza por ser uma produção artística objeto de consumo e, em simultâneo, o meio de comunicação de uma mensagem passível de ser criticamente analisada e incluída nos espaços formais de educação. Ainda, com relação ao uso de diferentes linguagens nos ensino-aprendizagem convém lembrar Pontuschka (2015) quando diz:

As linguagens constituem recursos didáticos que podem ser utilizados no mundo atual, seja na instituição escolar, seja em outros caminhos ou lugares, porque os horizontes do conhecimento se abrem a partir delas para jovens, professores e cidadãos que já passaram pela escola, no sentido de que a educação é para a vida toda, transcende as etapas da escolarização (PONTUSCHKA, 2015, p. 218).

A inserção do cinema, ou demais linguagens como recurso didático, pode ser interpretado como reflexo do exercício da autonomia do professor, que para autores como Cacete (2015) é fundamental no processo educativo visto que a autonomia é ganha forma quando o docente reflete criticamente sua *práxis*, superando assim esquemas limitadores como a descrição e memorização. Por conta disso, o autor ressalta que a inserção de recursos didáticos não é eficaz sem a centralidade do professor enquanto ator crítico sobre a própria prática e com autonomia para propor e trilhar novos caminhos.

De acordo com Almeida (2018) cinema é comumente discutido nos estudos culturais por ser concebido enquanto parte da cultura e tendo íntima relação com o processo de formação de identidade e do imaginário social. Portanto, o cinema constitui uma importante dimensão passível de análise para a compreensão da história social. A autora sustenta que atualmente é praticamente impossível pensar a sociedade desconsiderando-se a influência do audiovisual, visto que antes mesmo de aprendermos a falar se observa a negligência da cultura audiovisual que assume, de certa forma, o papel de agente educador e formador de opinião, suscitando implicações no funcionamento da sociedade.

No campo do ensino, García (2017) defende em seu trabalho que os recursos audiovisuais como o cinema são metodologias que se somam as abordagens tradicionais, o autor demonstrou que animações da Disney não só entretêm, mas contribuem para construir valores, no caso de Pocahontas, o filme se mostrou eficiente na discussão de questões ligadas ao meio ambiente, contribuindo para que o autor obtivesse resultados satisfatórios em uma atividade interdisciplinar voltada ao ensino de língua inglesa e atrelado a Educação Ambiental.

No caso das animações da Disney, vale a pena pontuar segundo Almeida (2018), que elas fazem parte da cultura e do imaginário de muitas gerações da sociedade ocidental, a década de 1990, período em que Pocahontas foi lançado, a Disney vivenciou um dos



períodos de maior sucesso com títulos consagrados como *A Bela e a Fera* (1991), *Aladdin* (1992), *O Rei Leão* (1994), entre outros. “Através da estética da animação da Disney, seus filmes constroem uma memória, explicam uma época e transformam experiências históricas, na sua poética do possível, do imagético, da ficção” (ALMEIDA, 2018, p. 4)

A construção de personagens e uma narrativa indígena não se deu por acaso, de acordo com Almeida (2018) a análise fílmica deve considerar o período histórico em que a obra foi concebida, na década de 1990 se manifestava nos Estados Unidos os desdobramentos de movimentos sociais iniciados nos anos 1960, como o movimento negro, feminista, gay e indígena.

Na década de 1990, durante as comemorações de 500 anos da conquista da América se observou mais atenção de temas ligados ao povo e cultura indígena que protestavam contra a imagem de vitimização e passividade construída sobre eles, fazendo com que questões relativas ao período colonialista fossem repensadas, refletindo em ações concretas em âmbito jurídico como o *Native American Languages Act*, uma lei que reconhece as línguas indígenas e protege a liberdade de usá-las em território nacional (PANIAGO, 2013; ALMEIDA, 2018).

Assim, nesse período a Disney passa a integrar esse movimento, ela “[...] dialoga com as questões do seu tempo e com as problemáticas próprias dos Estados Unidos, particularmente as referentes à inclusão social e a forma com que o país via outras culturas” (ALMEIDA, 2018, p. 8). Na década de 1990 se observa a ascensão de personagens com novas identidades raciais como, as tradicionais princesas agora são indígenas como Pocahontas e árabes como Jasmine, a representação da mulher muda, ela passa a assumir o protagonismo das suas histórias com personalidades mais ativas.

A Era da *Disney Renaissance* deixou sua marca em toda uma geração, construindo um imaginário social tanto nos Estados Unidos como no mundo e fizeram sucesso não apenas na época de seu lançamento, até hoje ainda são vistos e revistos reavivando o poder de uma década em que o global e o local se fundiram, se mesclaram, se reconfiguraram. Assim, partimos do pressuposto que o papel do cinema de animação da Disney, como outras produções culturais, não é apenas entretenimento, mas além de produto de uma época, é também produto de uma sociedade, com forte capacidade de intervir nesta mesma sociedade, exercendo através do cinema uma certa pressão pedagógica que deve ser analisada de forma crítica pela sua inserção na infância e na sociedade (ALMEIDA, 2018, p. 10).

Trazer o filme como dispositivo gerador de debate contribui para superar a visão criticada por autores como Paulo Freire, de que o professor é o detentor de todo conhecimento e, portanto, único protagonista do processo de ensino-aprendizagem, pois possibilita que o aluno traga experiências e práticas vividas para o debate, relacionando seu espaço vivido com a narrativa fílmica trabalhada.

Deste modo, é importante superar a ideia do professor como transmissor do conhecimento e entender os conteúdos como meios e não como fins em si mesmos. Ou seja, os conteúdos significam uma ‘leitura’ da realidade, sobretudo, pensando no



ensino de geografia, nesse sentido, mais do que aprender os conteúdos, é importante a apropriação crítica da realidade e os conteúdos são os meios utilizados para essa apropriação (CACETE, 2015, p. 235).

No próximo item será apresentado a análise fílmica de Pocahontas, na qual se almeja apontar os tópicos passíveis de debate, demonstrando que esse filme tem potencialidade para fomentar debates e contribuir para a construção da criticidade dos discentes acerca do tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A ANÁLISE FÍLMICA DE POCAHONTAS

Pocahontas (1995) foi o primeiro filme da Disney baseado em fatores reais³ e com uma protagonista que não é branca, a personagem principal é retratada como uma nativo-americana de espírito livre, corajosa e hábil, com habilidades de mediadora, expressa na busca pela conciliação entre indígenas e colonizadores inglesas, se observa uma narrativa que reflete as supracitadas questões da década de 1990 como a temática do envolvimento da sociedade com a natureza e, a identidade e cultura do povo indígena.

O filme inicia na Inglaterra com a preparação das embarcações rumo a América, nelas é colocado suprimentos e armamento, deixando claro o tipo de dominação realizada, enquanto se despediam de seus entes queridos os colonizadores expressam o desejo de adquirir ouro e glória nos territórios dominados, é nesse momento que somos apresentados a John Smith, que aparece como um respeitado capitão que participou da conquista de outros territórios.

Logo de início conhecemos o vilão do filme, o Governador Ratcliffe e suas intenções de dominação a qualquer custo, nem que para isso tenha que liderar ações truculentas e letais. Ele se refere aos indígenas como inimigos do progresso, tanto no seu discurso quanto no de John Smith e dos outros colonizadores se percebe que a dominação do espaço, intermediada pela força, também é uma forma de expressar a masculinidade.

Em determinado momento, um dos personagens questiona a Smith como ele acredita que seriam os nativos americanos, ele responde que acredita que são como os de outras partes dominadas, essa fala representa o colonialismo europeu que subjogou inúmeros povos e territórios pelo mundo.

³ Já nos primórdios da colonização temos um caso significativo. Em 1607 chegara a Jamestown o capitão inglês John Smith. Pouco tempo após sua chegada, foi capturado por índios. Quando a cabeça do capitão estava para ser esmagada, a jovem Pocahontas (que então contava dez ou doze anos) reivindicava a vida do prisioneiro para si. No futuro, muitas vezes a jovem Pocahontas levaria comida até a vila faminta dos ingleses, avisaria o capitão dos ataques indígenas e tudo faria para agradá-lo. No entanto, ao contrário do que se poderia esperar, o capitão J. Smith não se casa com a jovem indígena. Ele acaba voltando para a Inglaterra. Em 1614, Pocahontas aceita a fé cristã, passa a se chamar Rebeca, e casa-se com um plantador de tabaco: John Rolfe. Em 1616, ela viaja para a Inglaterra e é recebida pelo próprio rei, envolvida pela mística de uma “princesa indígena” na corte Stuart. O clima inglês parece ter sido danoso a sua saúde, pois morreu lá tentando voltar para a América (KARNAL; PURDY; FERNANDES; MORAIS, 2007, p. 59).



No período retratado pelo filme a exploração das colônias espanholas e portuguesas aconteciam a todo o vapor, prova disso é que em determinado momento o Governador Ratcliffe afirma almejar encontrar tanto ouro quanto a Espanha encontrou nos territórios que explorava, nesse sentido, convém lembrar Guimarães (2011) quando afirma que o colonialismo e a exploração das riquezas do continente americano marcaram a acumulação primitiva do capital comercial europeu, parte apropriado pela burguesia e parte transferido aos Estados colonizadores.

Após essa introdução, que reforça a visão colonialista europeia do século XVI e XVII, somos apresentados ao território indígena dominado, ele é retratado como o local onde a população vivia em uma relação sustentável com a natureza, ou seja, tirando dela só o essencial para a subsistência, sem causar maiores impactos. A subsistência do povo de Pocahontas vinha da pesca e plantação de milho. Um detalhe importante é que as terras tinham uso comum, ou seja, não havia sido instituída a ideia de propriedade privada, a terra detinha o valor de uso, não de troca.

Essas características referentes à organização da sociedade e de sua produção representada no filme possuem lastro com a realidade. De acordo com Stédile (2011) textos clássicos dos estudos agrários como o de Darcy Ribeiro, já demonstraram que as populações indígenas no continente americano se dedicavam à pesca, caça, extração de frutas e domínio da agricultura, cultivando diferentes produtos consoante a região, como: a mandioca, o amendoim, o abacaxi, o milho (como no filme), entre outros.

Quanto a supracitada relação sustentável com a natureza e a inexistência do modelo baseado na propriedade privada, Stédile (2011) ressalta que essa característica era comum entre as comunidades indígenas do continente americano, para ele:

[...] Não havia entre eles qualquer sentido ou conceito de propriedade dos bens da natureza. Todos os bens da natureza existentes no território — terra, águas, rios, fauna, flora — eram, todos, de posse e de uso coletivo e eram utilizados com a única finalidade de atender às necessidades de sobrevivência social do grupo. E quando os bens da natureza se tornavam escassos em determinadas regiões, os grupos se deslocavam para outros locais, o que caracterizava a sua condição de vida nômade (STÉDILE, 2011. p. 19).

Na figura 1 pode-se observar alguns detalhes do filme ainda no início, demonstra a necessidade do telespectador estar atento aos detalhes como a vestimenta ou a forma como o espaço é usado.

Figura 1: Cenas do filme Pocahontas





Fonte: POCAHONTAS (1995). Organização: Os próprios autores (2022).

(1) Retrata a primeira aparição do personagem John Smith, observe o detalhe em suas costas, se tratam de armas. (2) se observa o carregamento de armamento pesado como canhões utilizados na conquista do território. (3) refere-se à retratação do território indígena e uma de suas atividades de subsistência, a pesca. (4) agricultura indígena, observa-se que os indígenas também transformavam e impactavam o espaço geografia por meio do trabalho, mas em uma escala muito menor do que aconteceria com a colonização europeia.

Somos apresentados a Pocahontas, retratada como uma jovem mulher que questionada os padrões de gênero de sua comunidade, resiste, por exemplo, à ideia de se casar e ter uma vida estável com um esposo e filhos. Sua personalidade livre entra em conflito com as expectativas de seu pai que acredita que ela necessita de um homem forte e leal ao seu lado. A postura de Pocahontas fica nítida quando canta a canção “Lá na curva” enquanto opta por seguir pela parte mais instável do rio (figura 2).

Quando se observa a paisagem do filme é possível perceber uma preocupação da equipe de produção com um retrato fidedigno da fauna e da flora característica da região, na figura 2 é possível observar alguns animais que aparecem, demonstrando sua potencialidade para a discussão de temas relacionados a biologia e a biogeografia (figura 2).

Figura 2: Cenas do filme Pocahontas



Fonte: POCAHONTAS (1995). Organização: Os próprios autores (2022).

(1) Pocahontas seguindo pela parte mais sinuosa do rio, reforçando sua personalidade subservia e aventureira. (2) alguns animais típicos da região onde se passa a narrativa.

Nessa parte se observa a relação entre as dimensões físicas e humanas intermediada pelo trabalho, representando a construção do espaço geográfico e das paisagens tal qual conhecemos na contemporaneidade. Esse trecho do filme legitima mais uma vez o uso do filme nas aulas de geografia que de acordo com Cacete (2015) propicia uma leitura do espaço enquanto resultado de um processo histórico-social fruto da relação estabelecida entre sociedade e a natureza (figura 3).

Ao chegar, a comitiva inglesa inicia o processo de dominação com o hasteamento da bandeira e a declaração de que aquela terra e tudo o que nela se encontra era deles, nas palavras do Governador Ratcliffe “eu tomo posse dessa terra e suas riquezas em nome na nossa majestade Rei James I, e dou nome a essa terra de Jamestown”. Se ordena que seja iniciada a busca por ouro e se construa o assentamento com uma barreira que os proteja dos possíveis ataques indígenas, em diversos momentos os colonizadores se referem a população nativa com adjetivos negativos como “nojentos” e “selvagens”. Além disso, se



estabelece a norma de que qualquer indígena seja combatido com força, ou nas palavras do personagem Ratcliffe “boa saudação inglesa”.

Figura 3: Cenas do filme Pocahontas



Fonte: POCAHONTAS (1995). Organização: Os próprios autores (2022).

(1) arvores sendo derrubadas para a construção dos primeiros assentamentos; (2) Relação sociedade natureza representada pela mudança na paisagem a partir do trabalho dos colonizadores ingleses.

Para usar um termo geográfico, se observa nesse trecho o processo de territorialização que conforme aponta Campos (2011) vem acompanhado de conflitos, pois comumente ocorre em espaços já ocupados, com uma configuração específica e estabilizada. Para a autora, se fazer presente não é suficiente, ao dominar um território é preciso se estabelecer nas relações de poder no espaço. É por conta disso que no filme se observa os colonizadores prontos para assegurar seus domínios a qualquer preço, mesmo que esse preço seja a vida dos nativos.

Tanto no filme quanto na história oficial se observa que os indígenas não assumiram uma posição passiva, ao ver seu território sendo dominado reagiram aos colonos, mas muitos foram escravizados e mortos (PANIAGO, 2013, KARNAL; PURDY; FERNANDES; MORAIS, 2007, p. 59). Essa postura predatória é presente na animação e a partir de Almeida (2018) entendemos que demonstra um esforço da Disney em promover a empatia e identificação com as pautas dos nativo-americanos.

O capitão John Smith, tem uma visão imperialista, sendo o interesse em dominar territórios com uma visão predatória da terra. Em uma de suas conversas com Pocahontas ele diz que quer mostrar aos indígenas como utilizar a terra apropriadamente e tirar o máximo dela, diz que quer fazer estradas, construir casas boas, Pocahontas contesta, afirma que suas casas já são boas e se ofende quando ele diz que seu povo é selvagem (quadro 1).

Quadro 1: Diálogo entre Pocahontas e John Smith

John Smith: [aquilo] é a minha bússola.	John Smith: vamos construir aqui, mostrar ao seu povo como usar a terra apropriadamente, como tirar o máximo dela.	Pocahontas: Selvagens?
Pocahontas: Bussola?	Pocahontas: tirar o máximo dela?	John Smith: Não, você não é selvagem.
John Smith: Ela indica o caminho se você se perder, mas tudo bem eu consigo outra me Londres.	John Smith: é... faremos estradas e boas casas	Pocahontas: Só o meu povo?
Pocahontas: Londres... é a sua aldeia?	Pocahontas: Mas nossas casas são boas	John Smith: Não, escuta não foi o que eu quis dizer, deixe eu me explicar.
John Smith: é... é uma aldeia muito grande.	John Smith: Pensa que são só porque não viu nada melhor.	Pocahontas: Agora eu vou.
Pocahontas: é como o quê?		John Smith: Não! Eu não vou deixar você ir. Escuta, não faça isso, selvagem é só uma palavra,



<p>John Smith: <i>bom, ela tem ruas cheias de carruagens, pontes sobre os rios e prédios tão altos quanto arvores.</i></p> <p>Pocahontas: <i>Eu queria ver essas coisas.</i></p> <p>John Smith: <i>Vai ver!</i></p> <p>Pocahontas: <i>Como?</i></p>	<p>Pocahontas se ofende e vai embora, enquanto John tenta se explicar.</p> <p>John Smith: <i>Espere um pouco, não encare desse jeito, espere por favor. Nós podemos ensinar a vocês muito. Melhoramos a vida de selvagens por todo o mundo...</i></p>	<p><i>me entende? Um termo para quem não é civilizado.</i></p> <p>Pocahontas: <i>Como eu?</i></p> <p>John Smith: <i>Bem, quando eu digo não civilizado, eu quero dizer que...</i></p> <p>Pocahontas: <i>Você quer dizer diferente, de você".</i></p>
---	--	---

Fonte: POCAHONTAS (1995). Organização: Os próprios autores (2022).

Durante o filme ocorre uma morte indígena e um ferimento por arma de fogo, no entanto, a partir da leitura de Quijano (2005) entendemos que a história foi suavizada por conta da faixa etária do público alvo do filme, pois para o autor, na área britânico-americana, a colonização foi muito violenta desde o começo. Após o assassinato de um indígena o confronto direto com os ingleses se torna inevitável, enquanto se preparava para guerra o Governador Ratcliffe fala coisas como: “não há lugar para elas na sociedade civilizada” e “essa terra é minha, eu faço as leis aqui”, além de considerá-los “uma raça pagã nojenta de horrível cor”, “são bárbaros, não sem nem humanos”.

As opiniões negativas com relação aos índios e sua cultura, presentes tanto na fala de Smith quanto na do Governador Ratcliffe não é só ficção, alguns relatos históricos mostram que fato aconteciam, tal qual se observa no relato de Jonas Michaëlius, de 1628:

Quanto aos nativos deste país, encontro-os totalmente selvagens e primitivos, alheios a toda decência; mais ainda, incivilizados e estúpidos, como estacas de jardim, espertos em todas as perversidades e ímpios, homens endemoniados que não servem a ninguém senão o diabo [...]. É difícil dizer como se pode guiar a esta gente o verdadeiro conhecimento de Deus e de seu mediador Jesus Cristo (KARNAL; PURDY; FERNANDES; MORAIS, 2007, p. 59).

Assim, conforme se demonstrou na análise fílmica, a visão dos colonizadores europeus que viam a terra como fonte de riqueza que deveria ser explorado até o limite, envolveu a não só a sua territorialização em um território já ocupado, com dinâmica e características próprias, bem como hierarquias sociais e relações de poder históricas, mas também o domínio de um povo e a sua subjugação segundo a raça, considerada traço de sua inferioridade.

Uma questão emblemática que aparece no filme é que assim que os colonizadores do velho mundo chegam se levanta a cerca, ou seja, a terra vira propriedade privada, o filme não mostra, mas a terra passaria a ter valor de troca e não de uso. A dominação do povo baseado na raça e a institucionalização da propriedade privada foram processos concomitantes, traços da dominação colonialista europeia.

Com base nos pressupostos apresentados neste item se observou a potencialidade do filme para o ensino que traz pontos ligados à questão racial e agrária passíveis de fomentar o debate em sala de aula.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi apresentado, conclui-se que o racismo e a questão agrária brasileira são problemas estruturais que tiveram íntima relação no decorrer da história.

Pocahontas representa uma postura da Disney em sair da zona de conforto, inovar nas narrativas e nos personagens, construindo uma princesa racializada e indígena, trazendo representatividade a uma população sub-representada de forma positiva na indústria cultural. Pocahontas se mostra uma princesa a frente do seu tempo, questiona a autoridade masculina tanto do pai quanto dos homens que se relacionou, os padrões socialmente impostos e inclusive os próprios sentimentos já que no final não nos é apresentado o tradicional "felizes para sempre", enquanto John Smith voltar para Inglaterra Pocahontas optar por ficar com seu povo.

Como se sabe, Pocahontas é uma história baseada em fatos reais, muitos criticam o filme por suprimir aspectos trágicos, no entanto, é preciso considerar em nenhum momento o filme se compromete a apresentar um retrato fidedigno da história, além disso, sua suavização é compreensível em vista da faixa etária do em público a que se destina.

Assim, entendemos que parte da tarefa de realizar uma leitura crítica de uma obra é localizar os dispositivos disparadores de debate e neste quesito Pocahontas se mostra satisfatório, pois quando se olha com cuidado os diálogos, a letra das músicas, os cenários e até mesmo as vestimentas dos personagens se encontra caminhos para dialogar acerca de temas como: colonialismo, processos de territorialização, produção e transformação do espaço pelo trabalho, transformação da terra em propriedade privada que detém valor de troca e não mais de uso, entre outros

REFERÊNCIAS

ALEMIDA, R.M.V. Pocahontas: A história das américas no cinema de animação da Disney. In: Encontro Estadual de História ANPUH-SP, 24, 2018, Guarulhos, **Anais [...]** Guarulhos: ANPUH, 2018, p. 1-15.

CACETE, N.H. O ensino de Geografia: Temas e importância social. In: HARACENKO, A.A.S; LOPES, C.S; SANTIL, F.L.P; ROSOLÉM, N.P; GOMES, S.C. (Org). **Geografia: Temas e reflexões**. Maringá: Eduem, 2015, p. 233-238.

CAMPOS, C.S.S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: O caso de Cruz Alta/RS. 1. Ed. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

GARCÍA, C.J. **Enseñanza de inglés y valores medioambientales a través de películas infantiles**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Valladolid, Segovia, 2017.

GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio – 1963. In: In: STÉDILE, J.P. (Org). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional: 1500- 1960. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 35-67.



IZABEL, Thiago de Alencar. **Geografias de cinema** : contribuições ao ensino da história e cultura do negro-afro-descendente. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

KARNAL, L; PURDY, S; FERNANDES, L.E; MORAIS, M.V. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, A.P.S; ANTONELLO, I.T. A literatura infantojuvenil como possibilidade para o ensino de geografia agrária: notas para um debate. **Revista Tamoios**, n. 3, p. 141-158, 2020.

PANIAGO, F.C. O encontro de dois mundos: a relação entre colonizadores e nativos representada nos filmes Pocahontas e o Novo Mundo. In: Encontro Nacional de Estudos da Imagem, 4; Encontro Internacional de Estudos da Imagem, 1, 2013, Londrina, **Anais [...]** Londrina, 2013. p. 1255-1269.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

POCAHONTAS: O Encontro de Dois Mundos. Direção: GOLDBERG, E; GABRIEL, M. Produção: PENTECOST, J; GRANT, S; LAZEBNIK, Philip. Walt Disney Pictures. 1995.

PONTUSCHKA, N.N. A literatura como linguagem significativa para o entendimento do tempo e movimento do espaço geográfico. In: HARACENKO, A.A.S; LOPES, C.S; SANTIL, F.L.P; ROSOLÉM, N.P; GOMES, S.C. (Org). **Geografia: Temas e reflexões**. Maringá: Eduem, 2015, p. 217-231.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

SILVA, J.M; ORNAT, M.J. Espaço e múltiplas masculinidades: Um desafio para o conhecimento científico geográfico brasileiro. In: SILVA, J.M.; ORNAT, M.J.; CHIMIN JUNIOR, A.B. **Espaço, gênero e masculinidades plurais**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011, p. 23-53.

STÉDILE, J.P. Introdução. In: STÉDILE, J.P. (Org). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500- 1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 15-31.